

FEMINISMOS EM DISPUTA: COMO SÃO CONSTRUÍDOS OS PERFIS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DAS MULHERES ELEITAS EM OURO PRETO, EM 2020?

FEMINISMS IN DISPUTE: HOW ARE THE PROFILES CONSTRUCTED ON THE DIGITAL PLATFORMS OF THE WOMEN ELECTED IN OURO PRETO IN 2020?

NAJLA DOS PASSOS¹

PAULO LEAL²

RESUMO

Como os perfis construídos nas plataformas digitais das duas mulheres eleitas em Ouro Preto, em 2020, durante a campanha eleitoral e os três primeiros anos dos mandatos, refletem as disputas travadas em torno dos sentidos dos feminismos? Este artigo procura responder a esta questão a partir de uma epistemologia feminista da comunicação, que articula conceitos como esfera pública (Habermas, 2014; Fraser, 2021), esfera pública conectada (Benkler, 2006), astúcia da história (Fraser, 2019) e neoconservadorismo (Biroli, 2020). A metodologia adotada é a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) e atualizada por Sampaio (2021), que analisa como 20 categorias dos feminismos aparecem nos discursos das duas mulheres em seus perfis no Facebook. A hipótese de que só teriam destaques as categorias que não desafiassem os valores conservadores e tradicionais só se sustentaram parcialmente. Embora ambas as eleitas tenham se posicionado como mães e cristãs, apenas uma delas adotou o papel de esposa de uma tradicional família patriarcal. A outra assumiu viver em um relacionamento homoafetivo. Além disso, elas evitaram pautas morais contrárias aos valores cristãos, como o aborto, mas falaram sobre questões identitárias, como racismo e direitos LGBTQIA+. Novas tendências feministas abraçadas pelo neoconservadorismo também apareceram em seus discursos, como a defesa da proteção animal, do empreendedorismo e do empoderamento.

Palavras-chave: epistemologias feministas; feminismo; comunicação política; esfera pública conectada; neoconservadorismo.

ABSTRACT

How do the profiles created on the digital platforms of the two women elected in Ouro Preto in 2020, during the electoral campaign and the first three years of their terms, reflect the disputes surrounding the meanings of feminism? This article seeks to answer this question based on a feminist epistemology of communication, which articulates concepts such as the public sphere (Habermas, 2014; Fraser, 2021), networked public sphere (Benkler, 2006), the cunning of history (Fraser, 2019), and neoconservatism (Biroli, 2020). The methodology employed is

1 Jornalista, mestra em Linguagens/Estudos Literários e Culturais e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM-UFJF). É diretora-executiva da Agência Mídias Gerais. Já atuou como professora da Universidade de Cuiabá (Unic), como professora substituta da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em assessorias de comunicação e em veículos de imprensa de MT, DF e MG. E-mail: najlapassosdf@gmail.com

2 Professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora, lecionando na graduação, no mestrado e no doutorado em Comunicação da Faculdade de Comunicação da instituição. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), com mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Luperj (1997) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Luperj (2003). Tem experiência nas áreas de Comunicação e de Política, atuando principalmente nos seguintes temas: partidos, eleições e campanhas eleitorais; mídia, ideologia e reflexos identitários; comunicação política; jornalismo político. E-mail: paulo.leal@ufjf.br

content analysis as proposed by Bardin (2016) and updated by Sampaio (2021), which examines how 20 categories of feminism appear in the discourses of the two women on their Facebook profiles. The hypothesis that only categories not challenging conservative and traditional values would be emphasized was only partially supported. Although both women positioned themselves as mothers and christians, only one assumed the role of wife in a traditional patriarchal family, while the other acknowledged being in a same-sex relationship. Additionally, they avoided moral issues contrary to christian values, such as abortion, but addressed identity issues, such as racism and LGBTQIA+ rights. New feminist trends embraced by neoconservatism also appeared in their speeches, including the defense of animal welfare, entrepreneurship, and empowerment.

Keywords: *feminist epistemologies; feminism; political communication; networked public sphere; neoconservatism.*

Introdução

A polarização ideológica, intensificada com o fenômeno das plataformas digitais, tem colocado em disputa narrativas acerca dos mais diferentes temas da vida cotidiana. Entre eles está o feminismo, aqui entendido como um movimento social de contestação do patriarcado (hooks, 2018)³ e como uma teoria crítica que expandiu seu objeto de pesquisa a tal ponto que, partindo das questões de gênero, passou a contribuir com análises sobre todas as relações de poder na sociedade (Miguel e Biroli, 2014, p.17).

O feminismo se articulou, no século XIX, a partir da luta das mulheres por direitos como o sufrágio universal. Ainda hoje, a reivindicação de uma representação política equânime continua entre suas prioridades. No entanto, no decorrer do tempo, outras pautas foram sendo incorporadas, como a luta pelo fim da escravidão e da violência contra as mulheres, pela inserção no mercado de trabalho formal e pelo direito de decidir sobre seu próprio corpo.

Na contemporaneidade, a relação dialética entre a transformação do feminismo em um movimento de massa e a expansão do neoconservadorismo coloca em oposição bandeiras históricas e recentes dos movimentos de mulheres. Neoconservadorismo este que está atrelado ao neoliberalismo transnacional, conservador, cristão e focado no combate a questões morais como o aborto, a legalização das drogas e a "identidade de gênero" (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

São muitas as questões centrais do feminismo que o neoconservadorismo coloca em xeque. Ao invés da luta radical contra a divisão sexual do trabalho, ele propõe alternativas como qualificação para as mulheres empreendedoras. No lugar de articular uma política sexual e reprodutiva que verse sobre o direito ao aborto, se limita às campanhas para a detecção precoce do câncer de mama e de útero que, embora tão importantes quanto, reduzem a natureza polêmica do debate.

Mas como os estes sentidos dos feminismos são disputados na política paroquial dos territórios mais conservadores do Brasil no que tange à participação feminina na política, a partir da construção dos perfis nas redes sociais das mulheres candidatas, tanto nas campanhas eleitorais quanto nos cumprimentos dos seus mandatos? É esta a questão que este artigo busca responder, a partir do estudo de caso de como se deu a construção dos perfis das duas mulheres eleitas em Ouro Preto na campanha eleitoral de 2020: a vice-prefeita Regina Braga (Republicanos) e a vereadora Lílian França (PDT). A hipótese é que, em um município de porte médio, localizado em uma região em que as mulheres encontram menos espaço na política do

3 Embora a teórica feminista Bell Hooks prefira grafar seu nome com iniciais minúsculas, neste artigo optamos por grafá-lo com as iniciais maiúsculas em respeito às normas da ABNT.

que na média do país, o debate seja pautado por valores morais rígidos, como a religiosidade cristã e a família nuclear patriarcal, com o espaço de absorção das novas formas dos feminismos restrito às temáticas chanceladas pelo neoliberalismo, como, por exemplo, o empreendedorismo e empoderamento. Ou mesmo de pautas neutras, abraçadas pelos dois extremos do espectro político, como proteção animal e pobreza menstrual.

A escolha de Ouro Preto, município mineiro com mais de 300 anos e população de 74.821 habitantes, segundo o Censo de 2023, se deve ao fato de a cidade ser o epicentro da Estrada Real, o território mais antigo de Minas Gerais e o maior circuito turístico do país, além de uma das regiões mais conservadoras no que tange à participação feminina na política. Em 2020, as prefeitas eleitas no Brasil foram 12,1% do total, enquanto as eleitas em Minas Gerais foram 7,2%. Nos 50 municípios que integram o Eixo Principal da Estrada Real, elas foram apenas 4% (Passos, 2023, p.4).

A pesquisa contempla a análise dos conteúdos postados pelas duas mulheres em um período de quatro anos, que corresponde à campanha eleitoral de 2020 e vai de 16 de novembro a 31 de dezembro do cumprimento dos mandatos nos anos de 2021, 2022 e 2023. Isso significa um corpus de 331 postagens extraídas da plataforma digital Facebook, a mais usada tanto pelos eleitores quanto pelos candidatos à eleição de 2020.

As referências teóricas utilizadas perpassam conceitos como o de esfera pública (Habermas, 2014; Fraser, 2021 e 2024), esfera pública conectada (Benkler, 2006; Silveira, 2019), astúcia da história (Fraser, 2019) e neoconservadorismo (Biroli, 2020). Toda a pesquisa é atravessada por um olhar interseccional (Collins, 2021), que, além das questões de gênero, considera raça, classe, orientação sexual e religiosidade, fundamentadas nas informações extraídas das postagens feitas no Facebook e dos dados informados pelas então candidatas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no ato de registro das suas candidaturas.

A metodologia se fundamenta na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2006), que, ressignificada por Sampaio, (2021), à luz do atual contexto brasileiro, pode ser assim entendida:

análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio, 2021, p.6).

Para efeito desta pesquisa, a extração dos conteúdos a serem analisados foi feita de forma manual, sem nenhuma recorrência à inteligência artificial ou tecnologias afins. Na avaliação de Sampaio, (2021), da mesma forma que é factível considerar as possibilidades do uso da análise de conteúdo automatizada para grandes quantidades de dados, é também razoável supor que ainda há muito caminho a percorrer para que os dados resultantes da análise de conteúdo automatizada sejam validados pela ciência. "Ao menos no atual momento da tecnologia e da ciência, é inócuo acreditar que toda a AC manual poderá ser substituída por formas computadorizadas de análise" (Sampaio, 2021, p.13).

Para a definição das categorias utilizadas neste artigo, primeiro foi necessário efetuar a pesquisa bibliográfica sobre os feminismos contemporâneos, de onde foi extraído o primeiro conjunto proposto. Em seguida, foi realizado um teste de aplicabilidade, que resultou na organização destas categorias por eixos temáticos, com o objetivo de facilitar sua aplicação. É importante

deixar claro que as categorias aqui trabalhadas não esgotam - e jamais seria esta a pretensão - os temas dos feminismos contemporâneos. Elas só e apenas expressam aqueles mais debatidos no período e que, tanto pela presença quanto pela ausência, entrecortam as construções das imagens das mulheres eleitas em 2020 na Estrada Real. As 20 categorias, organizadas a partir dos eixos temáticos, podem ser consultadas na tabela abaixo:

Quadro 1 - categorias dos feminismos para análise



Fonte: autoria própria

Somam-se a essas categorias duas questões transversais que ajudam na construção dos perfis de cada uma delas: a análise do perfil religioso e da constituição familiar.

A astúcia da história, a cooptação do feminismo e a ascensão do conservadorismo

Na obra *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, bell hooks (2018) enfrenta o desafio de definir o que é feminismo da maneira mais simples possível: “Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2018, p.133). Segundo ela, o ponto alto dessa definição é deixar bem claro que o feminismo não é anti-homem, que mulheres também podem ser sexistas e que, para acabar com a dominação masculina, é necessário desapegar de “pensamentos e ações sexistas para substituí-los por pensamentos e ações feministas” (hooks, 2018, p.142). Ela acrescenta ainda que, sozinha, uma revolução feminista não resolverá os problemas de dominação no mundo: “precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo” (hooks, 2018, p.166-169). Mas sustenta que essa revolução tornará possível que mulheres e homens sejam pessoas melhores, já que “o feminismo é para todo mundo” (hooks, 2018, p.171).

Esta ideia de que o feminismo poderia transpor a barreira dos pequenos guetos ganhou adeptos após a virada cultural dos anos 1960, no movimento conhecido como segunda onda. Isso aconteceu porque, além de se posicionar a respeito de vários temas da vida cotidiana, como

o direito ao corpo e o fim da violência sexista, o feminismo também se colocou frontalmente contra um inimigo comum de outros grupos minorizados: o capitalismo.

Para a filósofa feminista Nancy Fraser (2019), esse posicionamento fez com que o feminismo conseguisse, enfim, se transformar em um movimento de massa.

O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa. Atraindo pessoas de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram as ideias que todos tinham de si mesmos. Buscava-se não apenas ampliar o número de ativistas, mas também transformar as visões do senso comum sobre família, trabalho e dignidade (Fraser, 2019, p.36).

Fraser (2019) avalia, porém, que ao mesmo tempo em que se popularizou, o movimento incorporou o “espírito do capitalismo” que antes combatia, ainda que sem se dar conta disso. “As mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, que eram em si saudáveis, serviram para legitimar uma transformação estrutural na sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa” (Fraser, 2019, p. 27).

Hollanda (2019) define assim o pressuposto teórico de Fraser:

Nancy demonstra detalhadamente como o feminismo que começa expondo o forte androcentrismo do capitalismo e propondo a transformação da sociedade capitalista em suas raízes mais profundas, progressivamente se desdobra em lutas pelo reconhecimento identitário, pela representação e pela participação. A justiça de gênero encaminha-se, em sintonia com a economia neoliberal para o reconhecimento da diferença, eixo da gramática feminista na virada do século XX para o XXI (Hollanda, 2019, p.10).

Em outras palavras, no movimento que Fraser chama de “astúcia da história”, o feminismo também fortaleceu o próprio capitalismo que ele combatia, empunhando pautas identitárias, de reconhecimento e participação, ao invés de lutar por uma mudança radical da estrutura social. “Por mais desconfortável que seja, acredito que a segunda onda do feminismo fortaleceu involuntariamente um ingrediente-chave do novo espírito do neoliberalismo” (Fraser, 2019, p. 39).

A posição de Fraser sempre causou muita polêmica no debate acadêmico, mas, mesmo com o crescimento do feminismo como movimento de massa, não conseguiu atingir a agenda dos debates na esfera pública clássica. Os motivos são vários e foram, de algum modo, influenciados pelos rumos que a internet tomou nos últimos anos.

A esfera pública tradicional: oportunidades e desafios para as mulheres

No seu nascedouro, a internet foi aclamada por autores como Pierre Levy por se constituir um espaço de novas oportunidades para atores alijados do processo político formal, como é o caso das mulheres. Isso se deveu, pelo menos em alguma medida, ao fato dela propor novas formas de experimentar o que é público e o que é privado. Justamente o cenário pelo qual o feminismo ansiava. Afinal, uma das principais críticas do movimento à ciência antropocêntrica diz respeito à divisão da vida cotidiana entre a esfera pública (espaço da política) e a privada (espaço do lar e da família). Essa premissa, conforme a teoria feminista, “corresponde a uma

compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados e, como tal, não políticos” (Biroli, 2014, p.31).

A compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes. Serviu, também, para ofuscar as vinculações entre os papéis e as posições de poder na esfera privada e na esfera pública (Biroli, 2014, p.32).

A dualidade entre as esferas pública e privada se fundamenta, principalmente, na obra “Mudança estrutural da esfera pública”, lançada em 1962 por Jürgen Habermas. Nela, o autor sustenta que, com a passagem do feudalismo para o capitalismo, os burgueses experimentaram uma nova relação com o público e o privado, o que garantiu o surgimento das democracias modernas. Esta relação, segundo ele, pressupôs o surgimento da esfera pública burguesa, instância de debate e deliberação dos chefes de família, proprietários dos meios de produção, por meio de argumentos racionais (Habermas, 2014).

No esquema de Habermas (2014), a esfera privada do início do capitalismo era formada tanto pela instância da vida íntima em família quanto pelo trabalho de troca de mercadorias. Já a esfera pública se dividia em duas instâncias: a literária e a política, sendo a primeira a que permitia a participação das mulheres e, a última, a que intermediava as relações entre o Estado e a sociedade. O surgimento dos meios de comunicação de massa, no limiar do século XX, mudou profundamente a essência desta esfera pública burguesa. Segundo Habermas (2014), o rádio, a televisão e o cinema ampliaram a chamada “opinião pública” para além dos homens proprietários, majoritariamente letrados. “O público ampliou-se, primeiro de modo informal, por meio da difusão da imprensa e da propaganda” (Habermas, 2014, p.309). Isso, conforme ele, fez com que os conflitos que antes ficavam restritos à esfera pública burguesa passassem a ser mediados pelo Estado. Assim, leis começaram a ser aprovadas sob a pressão das ruas, o que o autor não observa como positivo:

As leis, que surgem sob a ‘pressão das ruas’, dificilmente podem ser compreendidas a partir do consenso razoável de pessoas privadas discutindo publicamente. As leis correspondem, de modo mais ou menos franco, a compromissos entre interesses privados concorrentes (Habermas, 2014, p. 309).

O livro de Habermas tem sido criticado pelas intelectuais feministas desde o seu lançamento. Em um artigo em que pontua as vantagens e desvantagens do conceito do autor, Fraser (1996) afirma que ele idealiza a esfera pública. Ela ataca, primeiro, a proposição dele de que, na esfera pública, os interlocutores debatem como iguais. Segundo ela, as posições assimétricas vistas nas sociedades contemporâneas são reproduzidas na esfera pública, o que impede, por exemplo, um debate legítimo entre homens e mulheres, dado que estas últimas até hoje têm, no geral, baixa representatividade política. A autora ataca também a proposição de Habermas de que há apenas uma esfera pública nas democracias contemporâneas. Segundo ela, em sociedades estratificadas e multiculturais, existem não apenas públicos diversos, mas também os contrapúblicos – o que amplifica o debate, inclusive na mídia. Isso, para a autora, permite que mulheres influenciem os rumos da sociedade, ainda que a partir de esferas não oficiais e contra-hegemônicas. A teórica insiste ainda que a esfera pública não deve se dedicar apenas às questões relativas ao bem comum, mas também às questões privadas, como é o caso da violência doméstica.

As eleições de 2020, a pandemia da Covid-19 e a esfera pública conectada

As eleições de 2020, realizadas em meio à pandemia da Covid-19, deixaram evidente a força que as plataformas digitais assumiram no contexto político. A própria legislação eleitoral foi alterada para privilegiar a publicidade online paga ao invés da propaganda gratuita no sistema de rádio e televisão. “O tempo de exibição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral diminuiu em 2020, seguindo uma lógica de que a população teria acesso aos ambientes digitais da disputa” (Panke, 2021, p. 462). A legislação eleitoral permitiu, pela primeira vez na história, o impulsionamento de conteúdos na internet, isto é, propaganda paga feita nas redes sociais digitais por candidatos, partidos ou coligações (Ferreira, 2021).

Além disso, em meio ao isolamento social, candidatas e candidatos precisaram encarar em tempo recorde algum grau de letramento digital. As *lives* foram a grande novidade do momento, mas, para muito além delas, os velhos formatos de se fazer campanha eleitoral também foram adaptados para as novas mídias: vídeos de campanha, programas de rádio, álbuns de fotos e peças gráficas em geral.

Mirando justamente esta expansão da esfera pública que já se projetava algumas décadas antes, Yochai Benkler (2006) propõe em “The wealth of networks” o conceito de esfera pública conectada para se referir à internet, que ele considerava muito mais democrática do que a mídia tradicional (Silveira, 2008, p.113). Segundo Benkler (2006), se no passado o custo de ser ouvido na esfera pública era consideravelmente alto, a internet permite que novas vozes entrem em circulação, aumentando potencialmente a capacidade da sociedade civil de se manifestar. Entre essas vozes estão as dos movimentos feministas e anti-patriarcais, que conquistaram mais visibilidade e potencial de mobilização para a luta política na sociedade em rede (Castells, 1999).

Martino (2014) alerta que, por depender de pessoas, a internet não é uma esfera pública perfeita. “A internet cria as possibilidades de participação em uma Esfera Pública, mas não torna, imediatamente, todos os cidadãos em pessoas interessadas nos problemas coletivos” (Martino, 2014, p.113). De todo modo, ele antevê vantagens no seu uso para este fim: “A possibilidade de participação política criada pelas redes digitais abre caminhos para se pensar a noção de democracia e sua relação com a circulação de informações e a produção de conhecimento” (Martino, 2014, p.114).

A prática, porém, tem demonstrado muitos efeitos colaterais. A concentração das redes sociais nas mãos de poucas Big Techs, como são chamadas as gigantes da tecnologia, pressupõe maior controle da produção e veiculação de conteúdos. E, portanto, de menor interlocução entre o público. Wu (2012) destaca a forma com que o algoritmo captura a atenção humana para transformá-la em *commodity*, no movimento que ele batizou de “economia da atenção”. Zuboff (2016) alerta para os perigos do capitalismo de vigilância, onde os cidadãos são controlados pelos dados que geram nos sistemas automatizados. Silveira (2019) denuncia a forma com que os algoritmos aprofundam a polarização política. E Jonas Valente (2021) sustenta que as plataformas digitais são agentes de ponta que acumulam três características (coleta massiva de dados, processamento inteligente e aplicações personalizadas e moduladoras) para envolver as pessoas, antecipando seus desejos de consumo. São nesses espaços controversos que os atores políticos estão apostando suas fichas para estar o mais perto possível do eleitorado.

Quem são as mulheres eleitas em Ouro Preto e como elas dialogam com as pautas dos feminismos?

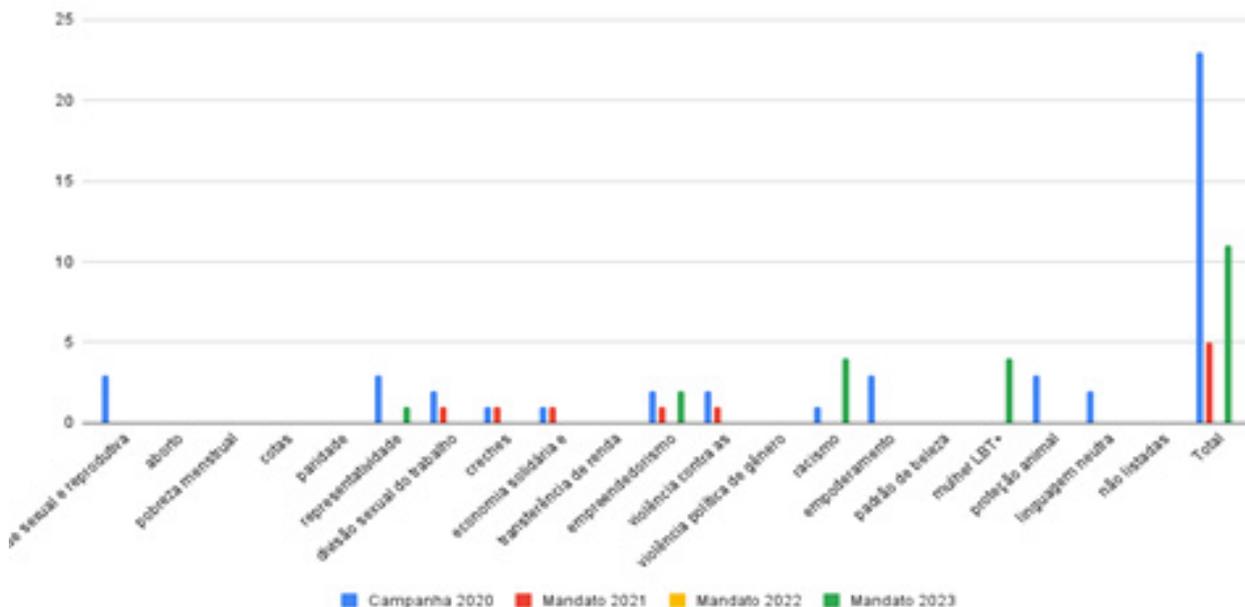
Maria Regina Braga, filiada ao Republicanos à época da eleição, é branca, com escolaridade superior completa e tinha 56 anos quando foi eleita. Ao TSE, se declarou solteira. É mãe de um filho. Durante o cumprimento do mandato, se assumiu lésbica, na plataforma digital Facebook, ao dizer que vive com sua companheira. Ao TSE, declarou possuir um patrimônio de R\$ 269.867,69, incluindo um carro, um terreno e um apartamento em Belo Horizonte, o que a credencia como uma mulher da classe trabalhadora.

Nascida e criada no distrito de Engenheiro Correa, Regina Braga usou e abusou da imagem de cristã devota da Igreja Católica tanto durante a campanha quanto no cumprimento do mandato. Ela também abordou a ocorrência de manifestações religiosas da cultura afro-brasileira, especialmente durante as atividades da Semana de Consciência Negra, sem emitir posicionamento favorável ou contrário a elas, o que deu a entender que ela pelo menos respeita a liberdade religiosa.

Foi vereadora de Ouro Preto por 5 mandatos consecutivos. Antes do último chegar ao fim, se candidatou a vice-prefeita, tendo o candidato Ângelo Oswald, do PV, como cabeça de chapa, pela coligação Viva Ouro Preto, composta pelas legendas Republicanos / REDE / PSB / PV / PC do B / PL. No final de 2023, já no 3º ano de mandato, Regina Braga trocou o Solidariedade pelo PSC.

Ângelo foi prefeito por outros três mandatos, foi secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais, ministro interino da Cultura e diretor do IPHAN. Apesar do estofamento do candidato, Regina garantiu quase o mesmo espaço que ele na propaganda da chapa que, na eleição, usou a cor verde, adotou um *jingle* clássico com música crescente e alta qualidade da propaganda política em geral, com muito uso do audiovisual. O mote "Ouro Preto feliz outra vez" também se transformou em *hashtag* para trabalho nas redes: #OuroPretoFelizOutraVez. Fez, portanto, uma campanha eleitoral profissional, com exemplar uso de *hashtags* e outras táticas de ação conectiva.

Gráfico 1 - Publicações de Regina Braga por categorias



Fonte: autoria própria

Durante a campanha eleitoral, Regina Braga fez 131 publicações na plataforma digital Facebook. Mesmo sendo candidata à vice, ela obteve um espaço quase equivalente ao do candidato a prefeito, participando ativamente dos vídeos e fotos de campanha. Além disso, também postou conteúdos próprios. Do total, 18 se referiram a categorias dos feminismos: saúde sexual e reprodutiva, representatividade, divisão sexual do trabalho, creches, empreendedorismo, empoderamento, violência contra as mulheres, racismo, economia solidária e agroecologia e proteção animal. No período, portanto, ela não tratou de pautas morais polêmicas, como aborto e políticas públicas LBT+, mas enfrentou outros temas duros, como o racismo. Do ponto de vista das pautas históricas dos feminismos, ela abordou a divisão sexual do trabalho o direto à creche, que fazem a interseccionalidade entre gênero e classe, e a violência contra a mulher, interpretada por conservadores e progressistas como tema chave na agenda feminista. Ela abordou ainda a representatividade, pauta que une os dois espectros políticos. Dentre as novas categorias introduzidas na agenda feminista, falou sobre economia solidária e agroecologia, um dos carros-chefe do ecofeminismo, e sobre proteção animal, um dos temas mais forte das eleições 2020, justamente por mobilizar eleitores da direita e da esquerda em uma causa comum. Também sucumbiu a duas pautas cooptadas pelo neoconservadorismo: empreendedorismo e empoderamento, que perderam quaisquer características revolucionárias ou radicais.

Em 2021, seu primeiro ano de mandato, as publicações caíram drasticamente para apenas 15. Regina Braga se limitou a postar eventos da sua agenda pessoal, desconsiderando as demais ações da Prefeitura e possíveis interpretações sobre o mundo ou diálogos com outras pautas nacionais. Do total de conteúdos produzidos no período, abordou temas das agendas feministas em apenas quatro postagens, que trataram da violência contra as mulheres, divisão sexual do trabalho, creche, economia solidária e agroecologia e empreendedorismo. Quase todas elas pautas que tratavam de temas já abordados durante a campanha. Uma exceção foi o empreendedorismo, muito criticado pelas progressistas e radicais por incorporar o pior do capitalismo: uma forma de relação trabalhista que deixa a trabalhadora completamente desassistida de direitos e ainda impõe a ela e pecha meritocrática de que cabe somente ao indivíduo se esforçar o suficiente para alcançar o sucesso.

Em 2022, no segundo ano de mandato, o volume de publicações caiu ainda mais, sendo registrados apenas seis compartilhamentos de conteúdos. Nenhum deles fez alusão às pautas dos femininos, desconectando a vice-prefeita das questões relacionadas às mulheres, pelo menos no que tange à sua representação no Facebook. Em 2023, porém, ela ampliou consideravelmente o número de postagens, passando a agregar conteúdos da Prefeitura, da sua agenda executiva e, também, assumindo temáticas mais polêmicas, como a defesa da luta LGBTQIA+. Foram 107 conteúdos divulgados, dos quais dez dialogaram com pautas dos feminismos. Os destaques ficaram com o racismo e a luta LGBTQIAP+. No primeiro caso, a pauta foi favorecida pelo período analisado. Em novembro, comemora-se o Dia da Consciência Negra, o que impacta em uma série de eventos que discutem o racismo estrutural contra negros em geral e mulheres negras em particular. Em relação à questão LGBTQIA+, as postagens marcaram o início de uma abordagem mais direta da vice-prefeita a um tema com o qual se identifica e sustenta lugar de fala.

A julgar pelos quatro anos pesquisados, a vice-prefeita manteve uma utilização potente e profissional das redes sociais, embora nem sempre equilibrada em relação ao volume de postagens por período: foram um total de 260 conteúdos, com 39 referências às categorias dos feminismos. De uma maneira geral, Regina Braga enfrentou alguns temas polêmicos, mas não

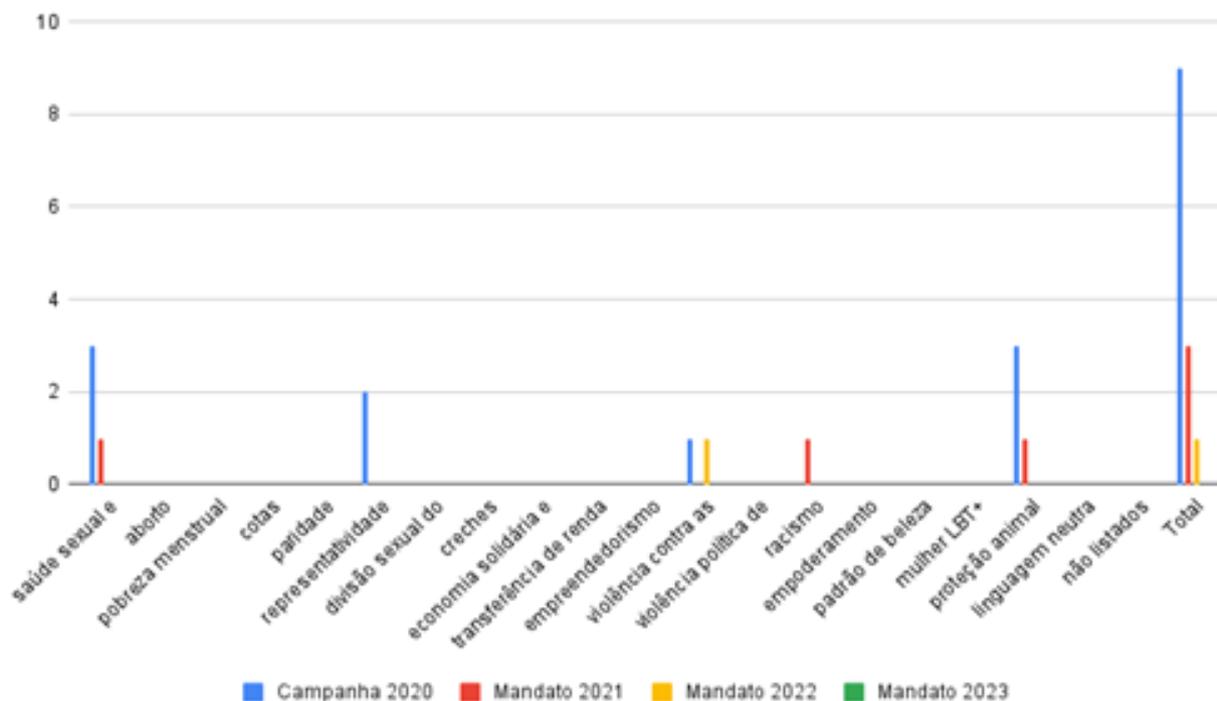
pautas realmente radicais como, por exemplo, a defesa do direito ao aborto ou da oferta de procedimentos transsexualizadores pelo poder público, outra temática em alta no período, mas especialmente em administrações progressistas de municípios mais populosos.

Lílian França (PDT), por sua vez, tinha 48 anos à época da eleição, é branca, casada, mãe de três filhos e possui ensino superior completo. Seu marido, o ex-vereador Wander Albuquerque, ficou impedido de se candidatar nas eleições 2020. Natural de Itabirito (MG), ela mora em Ouro Preto, no distrito de Amarantina. Tem como principal cartão de visitas o Projeto Semeando Futuro, que idealiza iniciativas para a prevenção ao suicídio. Também é conhecida pela luta em favor de um sistema prisional mais humanizado, com a defesa da abertura de novas unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), entidades jurídicas sem fins lucrativos, que se propõem a auxiliar na execução da pena, ao mesmo tempo em que buscam recuperar o preso.

Ao TSE, declarou possuir um patrimônio de R\$ 3.000.000,00, constituído de uma casa, um sítio rural e dinheiro em espécie. É, portanto, uma mulher rica, dona de um patrimônio incomum para a maioria do povo brasileiro. Se candidatou à vereadora em 2004, 2008 e 2012. Em 2018, se elegeu como suplente de deputado estadual. Na campanha de 2020, arrecadou R\$34.446,40, sendo a maior parte proveniente de doação do marido (R\$8.500,00) e dela mesma (R\$ 5.990,00).

A vereadora possui três diferentes perfis no Facebook: @lilianfrancaalbuquerque, @veredoralilianfranca e @lilianfranca77377. Nós optamos por analisar o primeiro, <https://www.facebook.com/lilianfrancaalbuquerque>, porque foi o registrado no TSE como página oficial da então candidata. Nele, ela se descreve como: “Mulher, vereadora, mãe de Felipe, Vinícius e Pedro, esposa de Wander Albuquerque e feliz”.

Gráfico 2 - Categorias citadas por Lílian França



Fonte: autoria própria

Na campanha eleitoral, a então candidata fez apenas 37 publicações no Facebook. Em sete delas se referiu a categorias dos feminismos: representatividade, saúde sexual e reprodutiva, proteção animal e violência contra as mulheres. As postagens mostraram-se amadoras, sem muita especificação do contexto e sem a utilização de estratégias de ação conectiva, como o uso de *hashtags* e marcações de outros perfis. Foi grande o número de *TBTs*, uma expressão em inglês que, em tradução livre, significa “quinta-feira da nostalgia”. Nas redes sociais, os *TBTs* são apresentados, normalmente como *hashtags*, para ressaltar o compartilhamento de conteúdos antigos. No caso da campanha de Lílian França, o grande número desse tipo de publicação suprimiu o investimento em novos conteúdos.

Dentre as pautas históricas dos feminismos, ela falou sobre saúde sexual e reprodutiva, mais especificamente sobre o combate ao câncer de mama, na ocasião das ações pelo Outubro Rosa. E também sobre violência contra as mulheres, pauta que é consensual entre os pólos políticos, embora as formas de combatê-la sejam as mais diversas. Também abordou a proteção animal, tema que, como já foi dito, entrou com força na pauta das eleições 2020, elegendo seus defensores em várias cidades do país.

Em 2021, no primeiro ano do mandato, fez 27 postagens, três delas abordando categorias dos feminismos: saúde sexual e reprodutiva, proteção animal e racismo. A saúde sexual e reprodutiva foi citada desta vez em um conceito muito diverso do que ocorreu na campanha. Neste caso, tratava-se de uma Nota de Esclarecimento em que a vereadora comunicava que teria que se afastar do cumprimento do mandato por 90 dias, para se submeter a uma cirurgia para retirada do útero. Na postagem, ela aproveitou para ressaltar a importância de se fazer o exame Papanicolau, já que foi através dele que conseguiu detectar o problema (ela não esclarece qual) antes que se agravasse. Nesta mesma postagem, ela reafirmou seu compromisso com outras causas prioritárias, como a proteção animal. Por fim, em função do Dia da Consciência Negra, criticou frontalmente o racismo, ao conclamar os cidadãos a buscarem igualdade, equidade e inclusão em uma cidade em que 70% da população é negra.

Em 2022, foram apenas sete publicações no seu perfil no Facebook, sendo que cinco delas foram *TBTs*. Em 2023, a situação piorou: ela não fez nenhuma publicação no período analisado. As razões do aparente descrédito com a ocupação da esfera pública da plataforma social Facebook talvez seja apenas o decréscimo do seu uso entre os brasileiros. Lílian França permaneceu ativa na plataforma digital Instagram, na qual ela mantém um perfil desde 2017.

Conclusão

Há muitos fatores que impactam os resultados das eleições: uso da máquina pública, acordos fisiológicos com lideranças políticas, compra de votos e disseminação de *fake news*, dentre outros. A adoção de discursos identificados com os feminismos radicais ou com o neoconservadorismo não está entre os principais deles, mas sua análise ajuda na leitura crítica de como a luta das mulheres é travada. No caso específico da campanha eleitoral e dos três primeiros anos de mandatos das duas candidatas eleitas em Ouro Preto, é preciso ressaltar que a hipótese de que os valores conservadores e tradicionalistas dariam a tônica dos discursos só se comprovou parcialmente. Embora as duas candidatas tenham investido na imagem de mãe e cristã fervorosa,

apenas uma delas, a vereadora Lílian França, sustentou o perfil tradicional destinado à mulher. A vice-prefeita Regina Braga, também se apresentou como mãe, mas admitiu que vive com uma companheira, além de se mostrar mais suscetível à defesa das pautas LGBTQIA+.

De maneira geral, os temas utilizados pelas duas mulheres no período analisado demonstram a permanência no debate atual de pautas históricas dos feminismos, como a representatividade e a violência contra as mulheres. Ambas centrais na luta pela mudança radical da sociedade, mas também incorporadas ao “espírito do capitalismo”, por meio de políticas neoliberais reformistas. Do mesmo modo, temas silenciados na agenda eleitoral, como a defesa do aborto, mostram que as mulheres não querem enfrentar pautas que ferem frontalmente os dogmas da religiosidade cristã. Dentre as novas pautas dos feminismos já cooptadas pelo neoconservadorismo, merecem destaque o empreendedorismo e o empoderamento. E dentre as pautas neutras, a da proteção animal.

A pesquisa demonstra que, pelo menos em um município de porte médio cravado em um dos redutos mais conservadores do país no que tange à participação da mulher na política, os sentidos dos feminismos seguem em disputa. Para aprofundar as pesquisas que indicam em que direção este processo social deve se desenrolar, há pelo menos duas alternativas igualmente importante: verificar como as novas e velhas bandeiras dos feminismos se sucedem no período histórico, a partir da análise comparativa com as eleições futuras, e também ampliar a pesquisa para outros municípios da região, de portes diferenciados, para entender como esta variável afeta o resultado da pesquisa.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENKLER, Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven and London: Yale University Press, 2006.
- BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M.D.C.; VAGGIONE, J.M., *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, F.; MACHADO, M.D.C.; VAGGIONE, J.M.. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, F. e MIGUEL, L.F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021. Ebook Kindle.
- FERREIRA, G.L.S. *O direito à comunicação e as mulheres na política: ações de redistribuição e reconhecimento para o incentivo à eleição de mulheres no Brasil*. 2021. 388 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*. In: *JSTOR*. New York, n. 25/26, Duke University Press, 1990, p. 56–80. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/466240>. Acesso em: 11 out. 2021.
- GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

- HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- hooks, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- OYEWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres – Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PANKE, L. Candidatas guerreiras no Brasil: um estudo de caso das narrativas audiovisuais das mulheres mais votadas às prefeituras das capitais em 2020. In: *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*. N°. 16. 2021. P. 459-474.
- PASSOS, N. M. N. Mídia, gênero e conservadorismo: Como as mulheres eleitas em 2020 no circuito histórico de Minas Gerais constroem suas representações nas redes sociais digitais. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023008, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.31068/tp.v32iesp.1.1052>
- QUINALHA, R. "Em nome de Deus e da família": um golpe contra a diversidade. In: SINGER, André et all (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SAMPAIO, R. C. ; LYCARIÃO, D. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. -- Brasília: Enap, 2021.
- SILVEIRA, S.A. Convergência digital, diversidade cultural e Esfera Pública. In: SILVEIRA, S.A. & PRETTO, N. (orgs.). *Além das redes de colaboração*. Salvador: UFBA, 2008.
- SILVEIRA, S.A. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.
- VALENTE, J. *Das plataformas online aos monopólios digitais: tecnologia, informação e poder*. São Paulo: Dialética, 2021.
- WU, T. *Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.